

Trabalhando como militar-músico: subjetividade, afetos e antinomias no Exército Brasileiro

Alessandra Caroline Ortiz Zimmerman¹
Prefeitura Municipal de Quaraí (Quaraí, RS, Brasil)

Adriane Rubio Roso²
Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS, Brasil)

Ana Flavia de Souza³
Prefeitura Municipal de Palmitinho (Palmitinho, RS, Brasil)

O presente estudo teve como objetivo refletir acerca da experiência de trabalho no Exército Brasileiro e seus efeitos na subjetivação de militares-músicos, identificando suas estratégias de acomodação, resistência e singularização (invenção de vida) para lidarem com o modelo disciplinar e vigilante da instituição. Participaram deste estudo, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, sete sargentos músicos, pertencentes a uma banda de música do exército de uma cidade do Rio Grande do Sul, no Brasil. Para se aproximar das experiências dos participantes, utilizou-se a técnica de grupo focal. As análises foram construídas considerando a noção de poder, especialmente a partir do referencial foucaultiano, e autores do campo das representações sociais. Foi percebida uma distinção entre ser músico ou militar músico, além de um forte sentimento de desvalorização dos militares-músicos. Concluiu-se que a música é um dispositivo importante para a saúde mental dos trabalhadores no exército, propiciando processos de resistência e a permanência em contexto militar.

Palavras-chave: Subjetividade, Exército, Trabalho, Música, Representações sociais.

Working as a military musician: subjectivity, affections and antinomies in the Brazilian Army

This study aimed to reflect on military musicians' work experience in the Brazilian Army and its effects on their subjectivity, identifying strategies of accommodation, resistance, and singularization (invention of life) to deal with the disciplinary and vigilant model of the Army. It is characterized as a qualitative, descriptive, and exploratory research. In total, seven military sergeant musicians, belonging to an army music band from a municipality in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, participated in this study. We employed the focus group technique to approach participants' experiences. We built our analyses considering the notion of power, especially the Foucauldian reference, and Social Representations authors. We found a distinction between musicians and military musicians and the latter's strong feeling of devaluation. However, the pleasure of music triggers processes of resistance. We conclude that music is an important device for army workers' mental health, providing permanence and existence in a military context.

Keywords: Subjectivity, Army, Work, Music, Social representations.

1 <https://orcid.org/0000-0002-8366-6048>

2 <https://orcid.org/0000-0001-7471-133X>

3 <https://orcid.org/0000-0002-0242-0119>

Introdução

A subjetivação humana deve ser entendida como um processo que nos acompanha desde o nascimento até o último momento de nossa existência. As relações que inicialmente são sustentadas numa díade (mãe/bebê), ao longo do tempo, passam a ser ampliadas, chegando à constituição de grupos e à participação em instituições, por meio dos quais os sujeitos se inserem a fim de encontrar identificações, aceitação, reconhecimento e construir o sentimento de pertença. Por meio das instituições de trabalho, os sujeitos se constituem, se socializam e (re)inventam suas vidas. Mas como isso acontece quando o contexto de trabalho é uma instituição do Estado?

O Exército Brasileiro (EB) é uma instituição interessante para pensarmos sobre as relações entre trabalho e subjetividade. Entendemos, junto a Leitão (2011), que as atividades efetuadas por essa instituição são muito peculiares, pois apresentam diferenças significativas em relação aos demais afazeres encontrados na sociedade civil. A disciplina é o seu aspecto central, encarada enquanto uma regra de vida, além do respeito à hierarquia. Nesse contexto, os militares devem atuar com total empenho em prol do interesse público, “se necessário com a própria vida” (Leitão, 2011, p. 21), visando o cumprimento das finalidades sociais em dado contexto.

No Brasil, são escassos os estudos que analisam os militares como sujeitos pertencentes a um grupo social específico e que reflitam sobre seus contextos familiares, cotidiano de trabalho e vida. Ainda, a dimensão cultural do estar militar e das experiências desses sujeitos não é comumente encontrada nas pesquisas acadêmicas. Talvez, isso ocorra devido ao caráter fechado das instituições militares, dificultando a vinculação e a investigação e gerando o desafio de estabelecer debates acerca de suas características, cotidiano e dinâmicas (Moreira et al., 2020).

O EB, junto à Marinha e Aeronáutica, é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. É responsável, no plano externo, pela defesa do país em operações eminentemente terrestres e, no interno, pela garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais. As Forças Armadas asseguraram suas funções a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), sendo apoiadas pela Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, a fim de definir de modo mais específico os pormenores da atuação profissional militar.

O ingresso na carreira militar se dá via concurso público, mediante requisitos globais como: altura mínima de 1,60 m para homens e 1,55 m para mulheres; para oficiais, ser brasileiro nato; para praças, ser brasileiro nato ou naturalizado; para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e a Escola de Sargentos das Armas (ESA), não ser casado ou ter dependentes. Dentre as subdivisões das escolas dentro da carreira militar, encontra-se a área de saúde e música, da ESA (Ministério da Defesa, 2022), que consiste no campo de nossa pesquisa.

O EB organiza seus postos e graduações em cinco categorias: oficiais gerais, oficiais superiores, oficiais intermediários, oficiais subalternos e graduados. Na última categoria, estão, na escala hierárquica, os subtenentes, os sargentos, que se subdividem em primeiro, segundo e terceiro graus, taifeiro-mor, taifeiro de primeira e segunda classes, cabo e soldado.

Na área de música, é necessário, além dos requisitos para a carreira militar, ter entre 17 e 26 anos, não ser casado ou ter dependentes, ter concluído o ensino médio e ter conhecimento musical, visto que são submetidos ao Exame de Habilitação Musical. Se militar, para tornar-se músico é necessário passar pelo processo seletivo e ter comportamento “bom” ou equivalente na força específica (Armadas ou Auxiliares) (Ministério da Defesa, 2022). Antes de 2013, o ingresso nessa área ocorria por seleção; a partir daquele ano, o ingresso começou a ser feito via concurso público.

Até 2018, o EB possuía 90 conjuntos musicais, sendo 76 bandas de música, 12 fanfarras, uma banda marcial e uma banda sinfônica, somando mais de 3.800 músicos no quadro de trabalho. Observa-se que a instituição é uma das que mais emprega profissionais da área da música no

Brasil, mas ainda não possui devido reconhecimento como outras profissões (Santos, 2018), transformando-a num campo de estudos muito interessante para a psicologia social do trabalho.

Nesta pesquisa, tivemos como objetivo principal refletir acerca da experiência no EB e seus efeitos na subjetivação de militares-músicos, identificando suas estratégias de acomodação, resistência e singularização (invenção de vida) para lidarem com o modelo disciplinar e vigilante nesse contexto.

No EB, todos os sujeitos podem ser denominados soldados, o que nos leva a pensar acerca da etimologia da palavra. No português, a definição de soldado é dada como: pessoa alistada no exército; indivíduo que luta por uma ideologia, defensor, partidário; que se soldou; colado, ligado; unido, fechado, ligado com solda (Aulete Digital, 2020). As últimas definições remetem à soldagem de metais, àquilo que foi unido, fixado e perdeu a diferenciação.

No processo de tornar-se militar, o sujeito se coloca em uma posição de obediência e se submete a uma nova forma de subjetivação, que passa a ser atravessada por regras institucionais. Esse é um processo que certamente se sustenta em antinomias, ou seja, em oposições recíprocas, tais como sofrimento/prazer, obediência/resistência, alienação/inventividade. Dessa forma, ainda que não seja exclusivo do campo militar, do ponto de vista psicossocial e cultural, entendemos que há elementos característicos da profissão que podem reforçar um dos lados da antinomia, como os tipos, intensidade e temporalidade das punições sofridas pelo militar, lembrando que os crimes militares são julgados pela Justiça Militar (JM). Além disso, a defesa do território e a pertença institucional interferem fortemente na constituição da subjetividade do militar, já que ele, ao ter que “soldar-se” à instituição administrada por uma disciplina rígida, enfrentará, possivelmente, um desafio peculiar para se tornar uma pessoa única, singular, ainda que “soldado”.

Foucault (2016) argumenta que o poder disciplinar circula em instituições como prisões, quartéis, fábricas, hospitais e escolas. Além disso, apresenta a hipótese do panoptismo, que se refere à ideia de um sujeito que interioriza a constante vigilância propagada pelas instituições, ao ponto de exercer a vigilância sobre e contra si mesmo. Desse modo, o poder circulante nessas instituições “torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular”, mas “alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder do domínio individual” (Foucault, 2016, p. 219). Isto significa que, ao pesquisarmos sobre subjetividade e trabalho, é importante considerar dois níveis: micropoderes e macropoderes.

Todo esse processo de dominação (macropoderes), de soldar-se à instituição e de, igualmente, tornar-se sujeito, é orientado por representações sociais, as quais prescrevem e convencionalizam modos de trabalho, e que, ao mesmo tempo, convocam o agir sobre si e sobre os objetos. As representações sociais, a partir de Serge Moscovici, não são meras ideologias, mas crenças e explicações compartilhadas em um tempo histórico e em determinados contextos sociais e culturais (Moscovici, 2012). Assim, o modo como se representa o exército (disciplinador, organizado, rígido, provedor etc.) diz também sobre modos de subjetivação e de tornar-se sujeito dentro desse contexto.

As representações sociais têm uma finalidade prática, de orientação para o agir no mundo (Moscovici, 2012). Elas “expressa[m] uma espécie de saber prático de como, os sujeitos em processos de interação com outros, sentem, assimilam, aprendem e interpretam o mundo, porquanto e como são produzidos coletivamente por práticas e discursos sociais, inscritos no decorrer das interações no cotidiano” (Novaes et al., 2017, p. 1003). Mas elas são também imagens que condensam múltiplos significados, os quais possibilitam que as pessoas interpretem o que está acontecendo (Jodelet, 1991), relacionando-se, assim, com a imaginação e o imaginário social (Arruda, 2014) e avisando que “o imaginado ou o desejado são tão reais quanto o concreto” (Jovchelovitch, 2008, p. 117) e precisam ser reconhecidos como válidos. Mais do que isso, conforme González Rey (2015), as representações sociais são entretidas com a construção da subjetividade, portanto, “implicam uma posição crítica” (Moscovici, 2012, p. 378), uma busca por tornar-se singular, ainda que coletivo.

Diante desses assinalamentos, indagamos se, nesse contexto panóptico militarizado, haveria espaço para o soldado, ainda que “misturado” à solda, para fazer dessa experiência algo com o que fazem dele.

Como resiste o soldado a esse olhar do outro, o qual, por sua vez, também é olhado por um outro? Como transformar representações sociais acerca do exército, das Forças Armadas em “outras” representações, representações mais dinâmicas, que deixem abertura para a subjetividade e a singularização? Há, no ambiente do exército, lugar e objetos que possibilitam uma linha de fuga ao soldado ou possibilidades de criar (ou inventar vida subjetiva) para conseguir lidar com as experiências institucionais? Acreditamos que, em parte, isso pode acontecer pela via da arte, no caso em questão, pela via da música.

Método

O presente estudo caracterizou-se como qualitativo, descritivo e exploratório. A pesquisa exploratória busca apresentar a visão geral do fato pesquisado e da população em questão, de forma mais aproximada possível da realidade. Consolida-se como descritiva pois visa enunciar as características de determinada população ou fenômeno, podendo, ainda, relacionar variáveis que demarcam os pesquisados e um estudo daquilo que é entendido como pontos de identificação do grupo.

Em relação aos procedimentos éticos, este estudo é um subprojeto de uma pesquisa mais ampla, intitulada *Saberes, afeto e cultura material: experiências e vozes do consumo na era das conexões*, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 45518415.5.0000.5346. Buscamos, como teorizado por Girard (2013), apreciar e registrar “os entrecruzamentos de experiências e vozes”, os relatos provenientes das experiências dos sujeitos, advindas de momentos e lugares, os gestos e os fragmentos de vida, a fim de “tornar melhor perceptível a música dessas vozes anônimas que dizem os gestos cotidianos e os tesouros da engenhosidade que os praticantes aí exibem” (p. 29).

Participantes

Participaram deste estudo sete militares músicos, graduados como sargentos, pertencentes a uma banda de música do exército de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Apresentavam idades entre 35 e 50 anos, com tempo de serviço militar entre 18 e 30 anos. Todos eram homens⁴ e os níveis de escolaridade variaram entre o ensino fundamental e superior incompleto. Eles têm formação técnica, administrativa e cultural, sendo que alguns são graduandos do curso de música pela universidade local. Uma síntese das informações dos participantes pode ser visualizada no Quadro 1.

Quadro 1: Dados sócios-demográficos dos participantes da pesquisa

	Idade	Sexo	Estado civil	Filhos	Escolaridade	Tempo aproximado de serviço militar (em anos)
P1	>40 <45	Masculino	Casado	0	Ensino médio completo	>20 <25
P2	>40 <45	Masculino	Casado	0	Ensino médio incompleto	>20 <25
P3	>40 <45	Masculino	Casado	1	Ensino médio	>25 <30
P4	>45 <50	Masculino	Casado	2	Ensino fundamental	>25 <30
P5	>40 <45	Masculino	Casado	2	Ensino médio completo	>25 <30
P6	>45 <50	Masculino	Casado	2	Não relatado	>25 <30
P7	>35 ≤40	Masculino	Casado	2	Superior incompleto	>18 ≤20

Fonte: elaborado pelas autoras.

4 As mulheres só puderam participar das bandas do EB a partir de 2014.

Foram escolhidos militares sargentos para público desta pesquisa, pois o tempo de ascensão na carreira é o mais longo entre os graduados, assim, eles apresentam maior tempo de trabalho e são mais estáveis do que outros postos inferiores. Também foi considerado o fato de o novo curso formar militares desta patente, auxiliando na compreensão mais específica do lugar de fala dos entrevistados. Os sargentos não tiveram entrada recente na instituição e não estão próximos de entrar na reserva militar. O processo de ingresso dos participantes começou no ano de 2013, quando foi iniciada a formação através do Curso de Formação de Sargentos Músicos (CFS Músicos).

Procedimentos

Considerando que os participantes exercem sua rotina de trabalho quase o tempo todo em grupo, a técnica de grupo focal (GF) (Roso, 1997; Oliveira et al., 2020) foi escolhida, entendendo que, ao manter o modo como esses sujeitos estão acostumados a se configurar, as suas falas poderiam ser facilitadas. O contato com os participantes foi realizado através da apresentação da proposta ao Comando da Divisão de Exército, do qual a banda em foco faz parte. Assim, após autorização, a pesquisadora principal apresentou a proposta e efetivou o convite a todos os músicos. Ao final do encontro, os interessados pronunciaram a intenção de participar, bem como foi disposto um endereço de e-mail para futuros interessados.

O agendamento do grupo focal foi feito em conjunto com o tenente responsável pela banda. O GF foi mediado pela primeira autora do artigo e por um psicólogo experiente em condução de grupos, utilizando um roteiro de perguntas semiestruturadas como norteadoras. As falas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra.

Não houve a presença de militares que ocupavam cargos superiores aos dos militares músicos que se inscreveram na pesquisa, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os GF foram realizados em um único dia e tiveram duração de cerca de três horas. Foi iniciada com uma primeira conversa livre, com o propósito de que cada participante pudesse trazer um relato sobre sua vida. Em seguida, as questões do roteiro foram realizadas, a fim de não se afastar dos objetivos da pesquisa, mas, ao longo do processo, novas questões surgiram e foram incorporadas.

Os diálogos construídos durante o GF foram transcritos na íntegra, lidos e relidos diversas vezes para a análise. Foram extraídas as falas a serem utilizadas, elegidas a partir da correlação com os objetivos da pesquisa. A análise foi construída em dois eixos: “Militar e músico são coisas diferentes: o embate entre cultura e natureza” e “A ‘geração dos revoltados’: acomodação e resistências ao militarismo”. Estes eixos foram interpretados levando em consideração as ideias de autores que desenvolvem pensamento crítico sobre sociedades, instituições e relações de poder, e em autores que se circunscrevem na teoria das representações sociais, na sua abordagem processual e dialógica.

Resultados e discussão

Militar e músico são coisas diferentes: o embate entre cultura e natureza.
(Fala de um dos participantes na pesquisa)

Binder (2006) estudou a influência das bandas militares no processo da criação de bandas civis no Brasil. Segundo o autor, inicialmente, as bandas militares faziam parte tanto de festividades familiares da monarquia luso-brasileira, como serviam a questões de Estado, nas aclamações e celebrações civis e políticas, o que gerou destaque aos conjuntos de músicos e serviu de representação simbólica da monarquia.

Ainda segundo o autor referido, há uma dificuldade no estudo das bandas, pois o termo banda geralmente adjetiva um subgrupo, e, na historiografia brasileira sobre a música, há uma predominância na discriminação entre bandas civis e militares (Binder, 2006). Costa (2011) estudou as influências de

elementos típicos das bandas militares nas bandas civis do período oitocentista, especificamente nas bandas da cidade de Mariana (MG). Os estudos de ambos os autores permitem observar, no contexto de nossa pesquisa, o papel histórico e de sociabilização das bandas militares e civis.

Se, na história da música brasileira, podemos encontrar tal discriminação, em todo o percurso discursivo dos participantes, a experiência de tornar-se militar foi apresentada como diferente daquela de se tornar músico militar, sendo esta a primeira antinomia identificada por nós. O desejo de ser músico militar nem sempre está de acordo com “ser” militar. Para muitos, a música é vista como algo maior, a concretização da realização de um ideal; já o posto de militar é percebido, em alguns casos, como um gatilho para se tornar membro da banda. Tornar-se músico (não militar), ao ser assumido como um talento (compreendido como algo nato, natural), era visto como impossível para os participantes. Talvez, possamos entender essa produção do imaginário a partir da antinomia cultura (trabalho)/natureza (capacidade para a música), como se pode observar nas falas dos participantes 2 (P2) e 3 (P3):

Ingressei [n]as fileiras do exército como soldado . . . tocava um pouco fora, instrumento de corda, o violão, mas eu, na verdade, nunca me imaginei . . . que um dia eu ia poder tá aqui (P2).

Eu também olhava a banda tocando, eu era da tropa, não era da banda ainda, ficava imaginando se um dia ia ‘tá’, porque achava muito bonito . . . olhava aquelas partituras horrível de difícil, mas depois pegava, peguei o fio da meada e fui estudando (P3).

Importante lembrar que as representações sociais são sustentadas por antinomias. As antinomias são intrínsecas ao viver dos seres humanos, pois sua característica de fazer distinções é um aspecto importante para a vida e essencial para os processos de comunicação e pensamento. Dia/noite, sol/lua, direita/esquerda etc. são distinções, oposições, polarizações que situam os indivíduos na sociedade. Além disso, elas são produções da cultura que se engajam na formação de pares que coexistem, não se anulam e dependem um do outro para que possam ser entendidos (Marková, 2006).

A antinomia natureza/cultura é tensionada pelos próprios sujeitos em sua prática (“tocava um pouco fora”), pela curiosidade (“eu ficava curioso...”) e pela teoria (“peguei o fio da meada e fui estudando”). Assim, se as representações de caráter hegemônico sobre o músico parecem estar atreladas ao talento e curiosidade enquanto capacidades inatas (natureza), pela via do trabalho (cultura) estas vão sendo transformadas. Esse processo dialógico e antinômico confirma as representações sociais como um fenômeno em movimento. De caráter fluido, dialógico, tensional, o processo de representar socialmente a música e o sujeito músico possibilita a desconstrução e construção de subjetividades. Nesse processo transformador, considera-se que “aliar arte e profissão parece constituir um desafio e uma ambiguidade, tanto para os analistas da matéria quanto para seus protagonistas” (Simões, 2011, p. 58), pois o músico é artista e trabalhador. Aos nossos entrevistados, podemos agregar outra antinomia que coproduz representações: civil/militar.

Os militares são servidores públicos, regidos por um Código Penal Militar e pelo Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1) do EB. Diante disso, precisam responder a leis e exigências específicas. Raimundo e Correia (2017), em seu estudo, apontam que questões salariais, mudanças de cidade (transferências), escalas de serviço etc. são fatores que levam militares a desistirem de suas profissões. Lütz et al. (2012) afirmam que a satisfação das famílias, remuneração adequada e acesso à assistência em saúde são fatores que motivam os profissionais a buscarem e se manterem na profissão.

Para nossos entrevistados, o exército foi encontrado por alguns como um meio para se obter uma vida melhor, com mais dignidade e condições, mesmo que os sujeitos nunca tivessem tido pretensão de ser militar, como é o caso de um dos participantes na nossa pesquisa (participante 6):

. . . a minha vida nunca foi muito fácil...é uma vida meio bruta né, então, lidando com serviço pesado, a família muito carente . . . mas aí, em maio de 84, um amigo meu disse “bah’, vamo . . . abriu lá pra entrar na banda de música . . . ah, vamo lá”; fui . . . (P6).

Não temos informação se esse participante serviu ao exército antes de entrar na banda, mas em sua fala percebemos a relação entre a carreira militar e a possibilidade de melhorar de vida. A entrada na carreira militar culmina em condições econômicas favoráveis, de acordo com Caetano (2020), devido às oportunidades de melhoria: um bom salário é considerado como fator motivacional para militares. Também, de acordo com o Artigo 50 do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980), eles têm direito à assistência médico-hospitalar, alimentação quando em atividade militar, fardamento, pensão etc. Esses fatores se tornam um atrativo e uma possibilidade do trabalho militar se configurar como uma atividade vital à sobrevivência.

Além desses elementos que se apresentam como aspectos profissionais, mas que são garantidos pelo exército, encontramos outros que levam à vida militar, como o fator da obrigatoriedade do alistamento, prevista constitucionalmente para os homens, e o fator geracional, pois a carreira militar é compartilhada por diferentes membros de uma família (Silva, 2013), o que é confirmado pela fala de um dos participantes em nosso estudo:

eu venho de uma família que tem cultura militar, né, não de músico, mas militar: avô, bisavô, tio, pai. Eu nunca quis ser militar, mas a constituição me impõe essa, esse fator obrigatório, né? Chega os 17 anos, tem que ‘tá’ alistado e aí, alguns são acertados pra ficar . . . (P7).

Aqui, essa atividade mostra sua relação com a cultura, no caso familiar, sendo que o participante não visualizou a possibilidade de ir contra ela e romper com essa tradição, mesmo que exercer esse trabalho não correspondesse a um desejo seu. Vemos também a impossibilidade de ir contra a legislação, o que nos leva a entender, com base em Foucault (2016), o exército como um dispositivo que produz supremacia, que assegura uma dominação do sujeito à medida que dissocia o poder do domínio individual (“Chega os 17 anos, tem que ‘tá’ alistado”).

As bandas militares são responsáveis por elevar a moral da tropa em diferentes atividades, como solenidades e formaturas. Além disso, no campo de batalha, como militares das Forças Armadas, realizam a interpretação de marchas e canções militares, executando o repertório, na maioria das vezes, em movimento de marcha (Fonte & Calderoni, 2018). Antes de músicos, estão colocados como militares, à medida que lhes são atribuídas incumbências específicas no Artigo 106 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003 (Ministério da Defesa, 2003), no qual se lê que a diretriz principal de um militar é a organização por meio da hierarquia e disciplina.

Então, ser militar antecede ao ser músico nas normas do EB. Este fator conduz à divisão descrita por Simões (2011). Ele aponta que a função do músico pode ser dividida em duas, ligada ao mundo da ocupação, que diz respeito ao que não é do regulamento, e à criatividade; e ao mundo da profissão, que corresponde ao empregatício, no aspecto do cumprimento de deveres. Foi possível perceber, de modo acentuado, essa dicotomia na fala dos entrevistados, que associaram seus trabalhos com a música fora do espaço do quartel à criatividade, e dentro, como uma obrigação, que se mantém alinhada ao aspecto subjetivo. Essa divisão do militar-músico, pelo menos para os nossos entrevistados, se processa mais no nível do imaginário:

A profissão músico, ela extrapola os limites da caserna [quartel], porque tu não deixa de ser músico a partir do momento em que tu tira a farda, tu continua sendo músico (P5).

. . . a forma mais prazerosa de trabalhar é lá fora, porque, lá fora, a gente toca o que quer, e aqui a gente toca o que os outros querem (P6).

Lá fora, é que tu consegue se fundir com a arte, né? . . . militar e músico são coisas diferentes . . . sabem pegar uma arma . . . vão combater o inimigo, então [pensam] “não, eles são músicos”, mas nos tratam como militares (P7).

A esta altura, precisamos salientar que “o imaginário comparece nas representações, fazendo por vezes parte de sua elaboração. E que, às vezes, as representações também podem expressar ou vir a constituir um imaginário” (Arruda, 2014, p. 200). Vejamos isso mais atentamente.

A música, enquanto arte, está ligada ao prazer, ao desejo, ao inconsciente, à felicidade, à liberdade (“toca o que quer”), ao movimento (“mexem com algo invisível”). Por outro lado, a partir da teoria das representações sociais, entende-se que só poderemos tornar algo objeto de representação – no caso, a música ou o próprio militar músico – ao aceitar a interação incondicional do Sujeito com o Objeto, incluindo a dimensão, ao mesmo tempo, o mundo interno (inconsciente do sujeito, imaginário) e o mundo externo (alter, sociedade). Assim, podemos entender que sujeito e música/arte (objeto) se fundem, já que a música constitui o sujeito e o sujeito constitui a música. Entretanto, essa interação é sustentada na imaginação e no imaginário social, pois, ainda que haja um processo de fusão/cisão, percebe-se, no discurso dos participantes, uma subjetividade cindida, antinômica, quando destacam a existência de dois “mundos”, um externo ao exército (que produz música como arte) e outro interno, o exército (que reproduz música como trabalho).

O que essa cisão, fortalecida pelo imaginário, acarreta? O exército, na visão deles, está ligado ao mundo do trabalho, ao materializável (ligado ao armamento, ao combate ao inimigo, ao cumprimento de uma função regulamentar), ao concreto, à prisão (“toca o que os outros querem”) e ao imóvel (emburrado = obrigado a realizar a tarefa). Aqui, constitui-se o eu que preciso ser, isto é, o eu-militar. A relação do soldado se inverte, solda-se à ocupação, apesar da instituição forçar a solda à profissão, à instituição, ao exército.

Todavia, seguindo a lógica de Novaes et al. (2017), compreendemos que “o sujeito na sua atividade representativa não reproduz passivamente, mas reconstrói o objeto e se constitui, nesse processo, como sujeito socialmente situado” (p. 1004). Consequentemente, observamos a coexistência de dois “eus” que se coproduzem, sendo que os sujeitos só permanecem militares por estarem na música; o prazer sentido pelo eu-músico “tocando lá fora” se sustenta pelo desprazer da música disciplinada sentido pelo eu-militar. Como podemos evidenciar na fala do participante 7:

Se eu tivesse um plano B eu tinha saído do Exército, eu não tenho paciência com as diretrizes militares, eu não tenho amor em ser militar (P7).

Poderia se dizer que a liberdade (“lá fora”) e a disciplina (no exército) atuam como forças opostas, mas que não deixam de ser dois processos dialéticos de fusão do sujeito com seu objeto de desejo – nesse caso, música. A liberdade “lá fora” de “tocar o que quiser”, em outras palavras “fundir com a arte”, só existe pela disciplina “lá dentro” de “tocar o que os outros querem”, ou seja, “fundir com a corporação”, estando “soldado”. Os dois “eus” se produzem na resistência/submissão de ser objeto de seu desejo/objeto do desejo do outro.

Perante a produção desses dois “eus”, podemos pensar nas consequências emocionais para estes militares músicos. O estudo de Davison (2020) com militares de uma das bandas da Força Aérea do Reino Unido identificou fontes de estresse ocupacional no grupo. Foram citados fatores como pouco tempo para atingirem a qualidade desejada, dificuldade para ensaios diante da alta demanda de seus trabalhos, o julgamento dos outros, a avaliação constante de suas performances, as críticas dos colegas e, também, por se sentirem vigiados o tempo todo. A musicalidade, ou seja, aquilo que se refere especificamente ao toque, também surge como um fator de estresse, visto que são subjugados por si e seus pares, devido a demandas que, por vezes, são simples, porém, são de alto nível e necessitam regularidade em seu desempenho, já que são exemplos para seus subordinados.

Os militares do EB são vulneráveis aos fatores motivacionais dentro e fora dos quartéis. Além dessa vulnerabilidade, observa-se que, quando se trata da carreira do músico militar, os cursos de formação continuada não existem, sendo o aprendizado adquirido através da observação do outro, o que não ocorre em outras instâncias do serviço militar. Assim, a carreira do músico no EB apresenta algumas desvantagens, tanto no plano de carreira como na formação musical e militar (Caetano, 2020; Fonte & Calderoni, 2018; Santos, 2018), diferindo-se de alguns contextos internacionais. No caso das bandas militares dos Estados Unidos, dá-se preferência àqueles que tenham mais de 10 anos de experiência como músicos, diploma universitário e sucesso no treinamento básico para músico do exército, apesar de oferecerem a oportunidade de trabalhar como músico profissional fora dos ambientes mais tradicionais, proporcionando inclusive capacitação para isso (Welborn, 2015).

A “geração dos revoltados”: acomodação e resistências ao militarismo

A formação de grupos é um movimento protetivo dos seres humanos, e a pertença a um deles tem efeito importante sobre as pessoas, pois, por vezes, os sujeitos abdicam daquilo que lhes é mais próprio em prol dos companheiros e o comprometimento com o (endo)grupo prevalece, como mostrou a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 2004). É o que podemos observar na fala a seguir:

Só quando não pude mesmo, por motivo de saúde grave, porque às vezes, quando dá, nós estamos em forma, mesmo com problema de saúde, . . . porque eu sabia que a coletividades ‘tava’ precisando de mim e eu não podia faltar. Então, é uma coisa que faz, a música nos une (P5).

A música atua, desse modo, como um componente-liga da identidade social para os músicos militares (músico – “música” – militar), reafirmando a pertença a um grupo. Ao colocar em suspenso um problema pessoal, reafirma a pertença a uma comunidade. Essa “prática de suspensão” parece ser ancorada naquilo no “espírito de corpo”, que consiste, de acordo com Boëchat (2014), numa virtude importada do legionário romano que produz sentimento de amor e pertença em relação à sua unidade – nesse caso, à sua banda. Esta ancoragem é um processo inicial e necessário para a construção das representações sociais acerca do músico militar. Assim, o discurso do “pelo bem da coletividade” carrega em si a existência do trabalho como um sacrifício, mas que está prestes a receber sua recompensa. O corpo se acomoda pela recompensa, ou seja, pelo sentimento de afiliação que lhe toma.

Por outro lado, a prática da música em condições adversas (problemas de saúde) também pode ser uma forma de acomodação ao instituído, ou, de certo modo, uma “acomodação ao não prazer”, pois continuam tocando apesar do corpo expressar a necessidade de parar. Ainda que o trabalhador no exército não sofra com o “fantasma da demissão”, como ocorre com os trabalhadores do setor privado que se afastam por motivos de saúde, o fenômeno do presenteísmo, isto é, “condição em que o trabalhador comparece [ao trabalho, mesmo doente], mas não desenvolve suas atividades laborais de maneira produtiva, apresentando baixo rendimento” (Silva et al., 2017, p. 104) também tem força no contexto militar. Os músicos militares seguem exercendo seu ofício mesmo adoecidos e, tal como outros trabalhadores, “eles têm condições de reconhecer as situações de risco do trabalho para sua saúde, mas não têm tido outra opção que a submissão a tais condições . . . Essa submissão consciente a condições inadequadas . . . parece estar se tornando um fator adicional de sofrimento psíquico . . .” (Sato & Bernardo, 2005, p. 876). Há consciência de um corpo que dói, que sofre, mas se acomodar às condições de trabalho parece ser um risco menor a curto prazo.

Todavia, não há acomodação sem resistência, o que nos leva a entender que tocar na banda mesmo sob condições adversas pode ser um ato que nomeamos “agência velada”, a resistência que se faz possível em contextos de trabalho adoecedores.

A gente abre mão dessa possibilidade de indignação através da música, a gente até pode fazer isso (indignar-se), mas tem que ser de forma velada, o repertório, a gente tem que selecionar o repertório, de tu botar no meio ali (P6).

Estando a serviço do poder, a música pode resultar tanto em obediência como desobediência, e esse poder transita, age em rede e resiste, como aponta Foucault (2012). De forma velada, é possível se colocar nessa instituição, porém, ser músico nesse lugar é corroborar a representação que a arte não pode estar relacionada ao militarismo, fazendo com que esses sujeitos sejam desvalorizados e fortalecendo um sentimento de que, mesmo no cumprimento das mesmas normas, são diferenciados dos militares que exercem outras funções e, por seu instrumento ser a música, são prejudicados.

Um exemplo é a atividade física, obrigatória e avaliada esporadicamente. Campana et al. (2014) apontam que o corpo musculoso é importante para os homens brasileiros e que, para essa profissão é ainda mais relevante, pois pode ser indicativo de sucesso na carreira, já que os militares recebem nota por seus desempenhos.

O TFM [Treinamento Físico Militar] nosso fica deficiente, às vezes a gente não consegue fazer. Que na tropa já é regularizado, todos os dias eles fazem A gente não, a maioria assim não se preocupa muito em tirar o melhor índice, mas influencia na promoção (P3).

. . . a gente só consegue essa atividade física nas janelas entre missões, entre os trabalhos, não é aquele negócio que é regular (P5).

Foucault (2016) aponta os exames, neste caso os físicos, como instrumentos de disciplina, de modo a exercer “vigilância permanente, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo” (p. 182). Ainda que músicos, eles são militares, portanto, submetidos aos exames físicos comuns a toda corporação. Acentua-se, nesse caso, a antinomia ser-militar/ser-músico no processo de representação, já que a distribuição tempo-espaço do poder disciplinar na corporação atua assimetricamente em duas dimensões no que se refere ao exército: na ocupação (músico) e na profissão (militar).

Os músicos entrevistados se definiram como a “geração de revoltados”. Essa identidade social se dá pela forma como ingressaram para serem músicos do EB. À época, realizavam concursos internos que não tinham regulamentação clara e que expiravam, obrigando a quem quisesse permanecer como músico refazê-los, a fim de se reafetivarem. Os participantes lutaram para que os músicos militares tivessem direitos garantidos por meio de concurso público, como a estabilidade, mas quando a legislação específica foi criada, em 2006, e aprovada, em 2013, e o ingresso passou a se dar via concurso público, já era tarde. Assim, o que era um desejo de muitos – o concurso público –, hoje é motivo de indignação para os músicos militares mais antigos, conforme se observa nas seguintes falas:

Por que que em 2006 criaram essa escola? Porque a nossa geração não se conformou, ela se resignou, mas não se conformou, . . . [Foi] a nossa insistência aqui de militar da nossa geração do Brasil inteiro, o nosso inconformismo [que] levou à construção dessa escola (P6).

Nós somos vítimas de um período que o exército não nos observou com profissionalismo, que nós acreditamos que deveria. . . . nós somos a geração de revoltados (P6).

A revolta remete à condição de desvalorização dos integrantes da banda que não entraram por concurso. Conforme a Portaria nº 403, de 9 de junho de 2005 (Ministério da Defesa, 2007), os candidatos da área de música precisavam ser aprovados no exame intelectual, na inspeção

de saúde e no exame de aptidão física, além de um exame de habilitação musical com caráter eliminatório. Além disso, até 2006, segundo Silva (2019), a Formação dos Sargentos de Carreira para músicos militares contava com a participação no curso, o qual durava aproximadamente nove meses e era realizado no estabelecimento denominado Música. A partir de 2006, começou a funcionar na Escola de Instrução Especializada (EsIE), mas as promoções seguiam lógica diferente daquela aplicada para os admitidos por concurso público, o que os fez sentir que os egressos desta escola são privilegiados e, eles, esquecidos e usados pela instituição:

. . . A nossa maior desvalorização aqui é essa questão aí do tempo que a gente esperou, isso aí foi um tempo morto pra nós, a gente esperar 5, 6, 7 anos pra ser promovido, estando pronto, habilitado . . . Era só nos promover (P1)!

Eu sempre gostei da farda, e música com farda . . . mas eu não tenho satisfação quanto à valorização. Um exemplo, eu sou sargento agora . . . [mas se] na mesma época que eu fiz a prova pra músico, [tivesse feito] pra ESA [Escola de Sargento das Armas], eu já seria subtenente saindo oficial QAO [Quadro Auxiliar de Oficiais]. Mas eu sou satisfeito profissionalmente porque eu faço aquilo que eu gosto, mas não estou satisfeito na valorização que me é colocada, porque nos é imposto de ser deixado à margem (P5).

Quanto tempo tu perdeu aí? Isso não vale nada? Tu não vale nada? O que é isso? O que eu faço não vale nada? Ou só importa quando eu tenho que levar o nome da minha grande unidade, essa é a banda da DE [Divisão de Exército] (P6).

Podemos observar, a partir dessas falas experienciais, que a mudança nas representações sociais de determinado grupo está intrinsecamente vinculada à noção de identidade social e, mais precisamente, às hierarquias instituídas, à valorização e ao seu reconhecimento social. Isto já foi observado em outras pesquisas com relação a diversas profissões, como é o caso da profissão de educador físico (Antunes & Castro, 2020; Machado & Santos, 2011) ou de professor (Machado et al., 2018). Entretanto, para que ocorra transformação nas representações sociais, é preciso mudança nas normas, nas legislações e nas práticas institucionais, que propiciem a valorização e gerem benefícios aos trabalhadores.

Ainda que hoje os militares sejam beneficiados com atendimento de saúde gratuito, extensivo a dependentes, em serviços e instituições especializados do exército, além de moradia gratuita ou a um custo acessível, os participantes da banda do exército não recebem benefícios adicionais por serem músicos, como acontece em outros países, como nos Estados Unidos, que providenciam “habitação generosa, subsídios de alimentação e vestuário não sujeito à tributação; e dinheiro para estudos universitários, mensalidades e suprimentos” (Welborn, 2015, p. 75).

Contribuindo com a discussão, Santos (2018) afirma que são necessárias algumas mudanças no fluxo de carreira do músico militar, como ocorrem em outros cargos militares, para que a profissão de músico se torne mais atrativa para a população. O autor sugere a criação de uma estrutura acadêmica composta por formação, aperfeiçoamento e especialização, como meio de unificar a política de pessoal do exército. Tal proposta se baseia em uma formação integrada e continuada.

Considerações finais

Tivemos como objetivo refletir acerca da experiência de trabalho no EB e seus efeitos na subjetivação de militares-músicos, identificando suas estratégias de acomodação, resistência e singularização para lidarem com o modelo disciplinar e vigilante do exército. Tomando a banda

militar como foco de análise, identificamos que a antinomia ser-militar/ser-músico expressa sonhos, (im)posições e (re)construções, diante de tudo que é de cada um e deve ser deixado de lado, a fim de que se cumpram com as exigências de ser membro e representante da instituição. Observamos que militares músicos “desempenham-se” em meio laboral ou não, por meio dessas antinomias, que são constituídas por elementos que não se anulam, não se sobrepõem, mas que sempre se posicionam um em referência a outro. As antinomias podem colocar o sujeito diante de contradições, incongruências e impulsioná-lo para o pensar, fazendo com que as representações e identidades sociais se constituam como resistência. É disso que os militares músicos são constituídos, e por tantas outras vias que compõem o *devoir-sujeito*.

Estar nesse lugar diferenciado faz com que os militares músicos pensem que a instituição não sabe como tratá-los, por não ter ofertado a eles garantias e um lugar definido quando estes decidiram integrar a banda. Apesar do sentimento de que o exército está em dívida com eles, a identidade social, expressa pela necessidade de união tanto para a execução dos instrumentos como em todo o convívio, mostrou-se um fator significativo na constituição subjetiva dos militares e no que consideram importante para o fortalecimento diante dos desafios do fazer militar.

O espaço da pesquisa foi bem acolhido pelo público participante e serviu como momento de reflexão sobre a atuação enquanto militar músico, podendo, quiçá, consolidar o lugar que os participantes ocupam e a partir do qual querem responder. Esse movimento é esperado, pois nas falas foi possível perceber que há um grande sofrimento nesses sujeitos por estarem tão enlaçados à instituição, mas que isso só ocorre porque a música os faz sobreviver na profissão. Entendemos, assim, que a música é um dispositivo importante para a saúde mental desses trabalhadores no exército, propiciando a permanência e existência em contexto militar.

Não tivemos como pretensão esgotar o assunto, mas mostrar um campo de estudos muito rico que pode ser abarcado com mais frequência pela psicologia social, servindo para impulsionar novas pesquisas. A partir de suas vivências, sofrimentos, lutas e desejos de mudança, a sugestão de fazer pesquisa semelhante com os superiores foi assinalada no grupo. Ficou evidente uma necessidade de visibilidade e respeito dos superiores com esse segmento militar. Assim, entendemos que novas pesquisas poderiam ser realizadas com diferentes segmentos do exército, de modo a chamar atenção para a importância da música na produção de saúde mental em instituições tão duras e disciplinadoras como o EB. Quiçá, pela pesquisa social possamos ter a esperança de que espaços de escuta, como o que buscamos proporcionar, possam abrir brechas nas estruturas de poder totalizantes e colocar em xeque certos modos de subjetivação, para fazer aparecer as forças de resistência e de busca por singularizar-se.

Ainda, quatro pontos importantes podem dar sequência às discussões aqui em andamento: (a) a tradição da família militar na constituição da subjetividade do militar músico; (b) impactos da lei da obrigatoriedade do serviço militar na identidade social; (c) semelhanças e diferenças entre os processos de constituição da subjetividade de músicos militares e não militares, e entre militares músicos que manejam contidamente instrumentos de morte (armas) e aqueles que manejam cotidianamente instrumentos de vida (instrumentos musicais); e (d) o reconhecimento do imaginário na construção das representações sociais sobre a música e os militares músicos. Estes pontos nos levam a pensar teoricamente e criticamente sobre as razões de suas existências e suas estratégias de acomodação e resistência no trabalho, ou seja, o que os músicos fazem com aquilo que o exército faz dele, de modo que consiga viver e não morrer em instituições que se mantêm panópticas ao longo da história. Para isso, a associação da teoria das representações sociais com as teorias sobre poder – no caso, a proposta foucaultiana – é potente para o campo das pesquisas em psicologia social.

Enquanto não conseguimos extinguir guerras e uso de armas de fogo, nos resta as linhas de fuga, as pequenas brechas para produzir vidas nesses contextos, e a música é um potente dispositivo de provocação e sobrevivência.

Referências

- Antunes, A. C., & Castro, R. V. (2020). Representações sociais sobre a profissão de Educação Física: Um olhar para a literatura. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 19(11), 25-54. <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/representacoes-sociais>
- Arruda, A. (2014). Dimensões do imaginário. In C. P. Souza, R. T. Ens, L. V. Bôas, A. O. Novaes, & K. A. B. Stanish (Orgs.), *Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados* (pp. 195-208). Champagna.
- Aulete Digital (2020). *Soldado*. <http://www.aulete.com.br/soldado>
- Binder, F. P. (2006). *Bandas militares no Brasil: Difusão e organização entre 1808-1889* (Vol. 1) [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório institucional da Unesp. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95107/binder_fp_me_ia_prot.pdf?sequenc
- Boëchat, I. S. (2014). *As virtudes do exército brasileiro na pós-modernidade* [Trabalho de Conclusão de Curso, Escola Superior de Guerra]. Repositório institucional da ESG. <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1363>
- Caetano, C. V. (2020). *A motivação e seus impactos no desempenho do militar do exército* [Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário do Sul de Minas]. Biblioteca Digital do Exército. <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7437>
- Campana, A. N. N. B., Morgado, J. J. M., Morgado, F. F. R., Campana, M. B., Ferreira, L., & Tavares, M. C. G. C. F. (2014). Drive for muscularity: Um estudo exploratório no exército brasileiro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(2), 213-222. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000200011>
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988). Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Costa, M. A. (2011). Música e história: Um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. *Tempos Históricos*, 15(1), 240-260. <https://doi.org/10.36449/rth.v15i1.5707>
- Davison, D. (2020). Sources of occupational stress among the military musicians of the Royal Air Force. *BMJ Military Health*, 168(3), 181-185. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjilitary-2020-001432>
- Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006*. (2006, 12 de abril). Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e das funções gratificadas do comando do exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5751.htm
- Fonte, R. S., & Calderoni, D. N. (2018). *Regente de banda militar do exército: Reflexões acerca de sua formação e função*. Repositório Institucional da UFBA. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31403>
- Foucault, M. (2012). *Em defesa da sociedade* (2a ed.). WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2016). *Microfísica do poder*. Paz e Terra.
- González Rey, F. L. (2015). A new path for the discussion of social representations: Advancing the topic of subjectivity from a cultural-historical standpoint. *Theory & Psychology*, 4(25), 494-512. <https://doi.org/10.1177/0959354315587783>
- Jodelet, D. (1991). *Madness and social representations*. Harvester Wheatsheaf.
- Jovchelovitch, S. (2008). Contextos do saber: Representações, comunidade e cultura. Vozes.
- Girard, L. (2013). Momentos e lugares. In M. Certeau, L. Giard & P. Mayol, *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar* (pp.17-29). Vozes.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999*. (1999, 9 de junho). Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980* (1980). Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm
- Leitão, V. (2011). *A disciplina militar como elemento essencial do funcionamento regular das forças armadas* [Trabalho de conclusão de curso, Instituto de Estudos Superiores Militares]. Repositório institucional do IUM. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1129>
- Lütz, C., Canes, R., Beuron, T. A., & Grohmann, M. Z. (2012). Fatores motivacionais extrínsecos para a profissão Militar. *Revista de Administração da Unimep*, 10(1), 164-188. <https://www.redalyc.org/pdf/2737/273723618008.pdf>
- Machado, L. B., & Santos, P. I. (2011). Profissão docente: representações sociais de professoras da educação básica. *Linhas Críticas*, 17(32), 45-60. <https://doi.org/10.26512/lc.v17i32.3675>

- Machado, L. B., Araujo, C. A. F., & Evangelista, L. B. (2018). Ser professor: representações sociais de docentes iniciantes de escolas privadas. *Profissão Docente*, 18(38), 23-39. <https://doi.org/10.31496/rpd.v18i38.1175>
- Marková, I. (2006). Dialogicidade e representações sociais: As dinâmicas da mente. Vozes.
- Ministério da Defesa. (2007). *Boletim do Exército*, (23). https://drive.google.com/file/d/1XE9iwdMDuuMElhK2O_bFBbRjEaQIGi2s/view?usp=sharing
- Ministério da Defesa. (2022). *Militar de carreira*. <https://www.eb.mil.br/web/ingresso/militar-de-carreira>
- Ministério da Defesa. (2003, 19 de dezembro). *Portaria nº 816*. Aprova o regulamento interno e dos serviços gerais (R-1). <http://www.dsau.eb.mil.br/index.php/2020-07-15-09-54-41/category/551-regulamento-interno-dos-servicos-gerais-risg>
- Moreira, N. X., Silva, R. E. A., & Celestino, S. (2020). Habitus militar: Reflexões sobre os sujeitos da caserna. *Revista da Escola Superior de Guerra*, 35(74), 33-50. <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v35i74.1110>
- Moscovici, S. (2012). A psicanálise, sua imagem e seu público. Vozes.
- Novaes, A., Ornellas, M. L., & Ens, R. T. (2017). Convergências teóricas em representações sociais e seu aporte para o estudo de políticas docentes. *Diálogo Educacional*, 17(53), 999-1015. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.17.053.AO14>
- Oliveira, G. S., Cunha, A. M. O., Cordeiro, E. M., & Saad, N. S. (2020). Grupo focal: Uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? *Cadernos da Fucamp*, 19(41), 1-13.
- Raimundo, J. N., & Correia Neto, J. S. (2017). Motivação e evasão na carreira militar: Um estudo de caso no exército brasileiro. *Id on line: Revista de Psicologia*, 11(37), 699-717. <https://doi.org/10.14295/online.v11i37.870>
- Roso, A. (1997). Grupos focais em psicologia social: da teoria à prática. *Psico*, 28(2), 155-169. https://www.academia.edu/966182/Grupos_focais_em_psicologia_social_da_teor%C3%A0_pr%C3%A1tica
- Santos, E. P. (2018). Os processos de formação musical do regente no exército brasileiro a partir de 2010: Panorama atual e propostas para um novo fluxo de carreira [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório institucional da Unicamp. <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1062243>
- Sato, L., & Bernardo, M. H. (2005). Saúde mental e trabalho: Os problemas que persistem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 869-878. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400011>
- Silva, A. F., Robazzi, M. L. do C., Dalri, R. de C. de M. B., Silveira-Monteiro, C. A., & Mendes, A. M. O. C. (2019). Presenteísmo em trabalhadores da equipe multiprofissional de Unidade de Terapia Intensiva Adulta. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72 (Supl 1), 96-104. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0779>
- Silva, A.R. (2019). *Osargento do exército brasileiro: Processo de transformação da carreira* [Apresentação de trabalho]. 2º Encontro Internacional História & Parcerias, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. https://www.historiaparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570550539_ARQUIVO_3d08adea9afd2eaa11bcd0aeb1248c55.pdf
- Silva, C. R. (2013). Famílias de militares: Explorando a casa e a caserna no exército brasileiro. *Estudos Feministas*, 21(3), 861-882. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300006>
- Simões, J. R. (2011). *Ser músico e viver da música no Brasil: Um estudo da trajetória do centro musical Porto-Alegrense (1920-1933)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações PUCRS. <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2386/1/431028.pdf>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). The social identity theory of intergroup behavior. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.), *Political psychology: Key readings* (pp. 276-293). Psychology Press.
- Welborn, D. C. (2015). The soldier-musician: Professional opportunities for recent instrumental graduates. *Music Educators Journal*, 101(3), 69-76. <https://doi.org/10.1177/0027432114565009>

Endereço para correspondência

cozalessandra@gmail.com

psicosocial.ufsm@gmail.com

anaflavsou@gmail.com

Recebido em: 14/12/2020

Revisado em: 13/05/2022

Aprovado em: 25/05/2022

